



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 24 Nº 01
Janeiro de 2015

Da crise financeira ao “novo normal”

Após a eclosão da crise financeira em 2007, a economia mundial transitou de um ciclo de crescimento robusto para o atual período de grandes dificuldades, com arrefecimento do crescimento e do comércio, enquanto muitos países — principalmente os desenvolvidos — apresentaram recessão e taxas de desemprego elevadas, a despeito das diversas medidas de salvamento empreendidas para contornar tal situação. As previsões de recuperação consistente do Produto Interno Bruto (PIB) têm sido, ano após ano, revisadas para baixo e adiadas. Passados os piores momentos da crise, vivemos hoje o que se convencionou chamar de “grande recessão” — ou “novo normal”, conforme Cristine Lagarde, do Fundo Monetário Internacional (FMI) —, cuja realidade é a expansão modesta da produção e do emprego no mundo.

A análise dos dados globais justifica a cunhagem do termo “grande recessão”. O produto mundial cresceu, em 2007-13, a metade do que cresceu em 2001-07, desacelerando-se em todas as regiões. As exportações, que, medidas em valor, avançaram 126,3% em 2001-07 — fruto, em grande parte, da elevação dos preços das *commodities* —, cresceram apenas 28,4% entre 2007-13.

Na América Latina (AL), o Brasil, que obteve um dos melhores desempenhos no imediato pós-crise, desde 2011 vê o seu produto desacelerar, crescendo menos do que o de grande parte dos vizinhos. Ainda que existam grandes diferenças estruturais entre a economia brasileira e a dos demais países da AL, há em comum a dependência, em diferentes graus, das economias da região em relação ao dinamismo do mercado de *commodities*. Esta assume particular relevância nas nações com maior especialização produtiva, uma vez que, nesses casos, o crescimento do mercado interno se encontra exposto ao desempenho das receitas oriundas das exportações. De modo geral, a valorização do preço das *commodities* esteve no cerne do bom desempenho da região no novo século, e a estagnação (ou queda) desses preços induz à perspectiva de uma desaceleração mais acentuada ao longo de 2015.

No mundo desenvolvido, a boa notícia é que os EUA voltaram a crescer nos últimos anos. Trata-se, porém, da recuperação mais lenta desde a Grande Depressão. A diminuição da taxa de desemprego deu-se com estagnação dos salários e com maior criação de ocupações precárias e/ou em tempo parcial. As exportações dos EUA corresponderam, em 2013, a 8,88% das exportações mundiais, parcela superior à alcançada em 2007 (8,59%), mas ainda inferior ao que prevalecia nos anos 90 (11,59%). Com tais resultados, reduz-se a possibilidade de que a nação mais poderosa do planeta funcione como locomotiva global, contribuindo pouco para a elevação da média de crescimento do PIB mundial.

Na Zona do Euro, região mais atingida pela crise, a situação segue difícil: o desemprego estabilizou-se em patamares elevados, e o produto mantém-se abaixo do nível pré-crise em grande parte dos países, podendo novamente vir a cair de maneira generalizada, ao mesmo tempo em que aumenta o risco de deflação. Situação semelhante é vivenciada no Japão, onde nem o robusto aumento nos gastos do Governo conseguiu alavancar o produto. Após crescer 9,9% entre 2001-07, o produto japonês expandiu-se apenas 0,3% entre 2007-13, enquanto os índices de preços seguem beirando a deflação.

Na Ásia, região mais dinâmica do mundo, a China afirma-se como o polo produtivo global e segue aumentando a sua parcela no total das exportações mundiais, que passaram de 1,83% em 1990 para 12,27% em 2013. Porém espera-se uma desaceleração das taxas de crescimento do PIB do País para cerca de 7% a.a. Esse movimento, ao afetar a demanda e os preços das *commodities*, pode impactar negativamente o câmbio, as contas do Governo e as contas externas dos países exportadores desses produtos, sobretudo os emergentes em geral e a AL em particular, conforme mencionado anteriormente.

O desempenho econômico global pós 2007 é o pior desde a década de 90. As condições externas voltaram a se deteriorar, enquanto a economia mundial ainda não esboçou uma recuperação plena e sustentada da crise. O “novo normal” apresenta-se como um período de intensas dificuldades e incertezas que comprometem o desempenho econômico global. No Brasil, o ajuste fiscal e monetário desenhado pelo Governo não permite otimismo para com o desempenho em 2015.

Crescimento médio do Produto Interno Bruto, por regiões,
no mundo — 1990-2013

REGIÕES	1990-2000	2001-2007	2007-2013
Brasil	2,6	3,6	2,8
Mundo	2,9	3,2	1,6
OCDE alta renda (1)	2,8	2,2	0,5
Zona do Euro	2,2	1,8	-0,2
Ásia Ocidental e Pacífico	3,5	4,5	3,5
China	14,4	12,7	9,6
EUA	3,7	2,5	0,8
América Latina e Caribe	3,4	3,6	2,6

FONTE: FMI.

NOTA: Em valores constantes.

(1) Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Augusto Pinho de Bem
Economista, Pesquisador da FEE

A expansão do crédito às famílias e a estrutura financeira no Brasil

A expansão do crédito a partir de 2004 foi um dos principais canais que permitiram o crescimento do consumo das famílias, o que, por sua vez, ajudou a fomentar o investimento nos anos seguintes. O processo foi acompanhado por contínua ampliação da massa salarial, mas não evitou o maior endividamento das famílias, que, após partir de um nível baixo internacionalmente, ainda se mantém moderado como proporção do Produto Interno Bruto (PIB). Tal nível de endividamento, por sua vez, resulta em um fluxo de pagamentos em juros e amortização, comprometendo uma parcela da renda familiar.

O gráfico mostra dois indicadores relativos a uma série de países selecionados: endividamento, medido pelo total da dívida das famílias em relação ao PIB; e comprometimento da renda, percentual da renda corrente das famílias destinado ao pagamento do serviço da dívida (juros e amortização). Nota-se que, no Brasil, o endividamento é menor do que nos países desenvolvidos, bem como na média dos demais. Contudo o comprometimento da renda é superior, principalmente quando relativizado pelo tamanho da dívida, o que incita a se questionarem as causas e consequências de tal perfil.

No País, o endividamento encontra-se em 21% do PIB. Se medido em relação à renda das famílias acumulada em 12 meses, esse número chegou a 46% em outubro de 2014. Já o serviço da dívida consome 22% da renda mensal das famílias. O endividamento é modesto, quando comparado ao que prevalece em outros países. Contudo, ao se analisarem outros atributos, percebe-se que há uma diferença qualitativa no endividamento, representada por duas características do endividamento familiar brasileiro: (a) a parcela do serviço da dívida comprometida com o pagamento de **juros**, desconsiderando-se a amortização, é excessivamente maior; e (b) o **prazo médio** da dívida demasiadamente curto eleva o comprometimento da renda corrente.

A concentração do endividamento em linhas de curto prazo, como cheque especial e cartão de crédito, eleva o peso dos juros no serviço da dívida. Além disso, a predominante utilização de taxas de juros pós-fixadas nessas linhas aumenta o impacto de variações na taxa básica e no *spread* bancário sobre o comprometimento da renda.

Nesse sentido, um eventual novo ciclo de expansão do consumo, baseado no crédito, assim como a sua sustentabilidade, passaria, necessariamente, pela revisão dos termos nos quais esse endividamento ocorre.

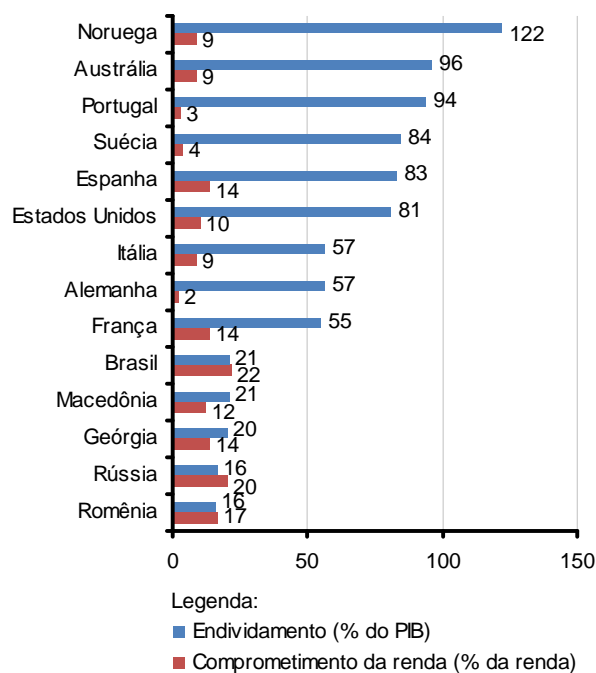
A experiência recente do Banco Central do Brasil (BCB) e dos bancos públicos demonstra que não será fácil mudar esses padrões. Dois momentos revelam a rigidez da estrutura sobre a qual se assenta o Sistema Financeiro Nacional: (a) a tentativa do BCB de reduzir a taxa básica de juros foi abandonada e revertida assim que a inflação se aproximou do topo da meta; e (b) a tentativa de reduzir o *spread* bancário utilizando os bancos públicos encontrou forte resistência nos bancos privados, que acabaram por assumir uma perda no *market share*, em vez de reduzir suas margens.

A alteração dessa estrutura resulta difícil, devido ao seu enraizamento no comportamento tanto das instituições financeiras quanto das famílias. Se a tentativa não surtiu efeitos duradouros, pode-se indicar que não é no futuro próximo que

ocorrerá alguma mudança. É difícil projetar-se qualquer alteração, tendo em vista a perspectiva de manutenção da taxa básica em níveis altos e a já anunciada gradual diminuição dos empréstimos oriundos nos bancos públicos. Ao que tudo indica, as instituições financeiras continuarão buscando a rentabilidade com baixa exposição ao risco de crédito. De outro lado, a expansão do crédito deve seguir o passo lento da expansão da renda. A exceção constitui-se no crédito imobiliário, cujo comportamento tem-se mostrado diferente dos demais, devido tanto às políticas específicas para habitação quanto às características particulares de prazos longos e de juros baixos, o que dilui o serviço da dívida e torna menor o impacto sobre o comprometimento da renda.

Em suma, a expansão do crédito ocorrida a partir de 2004 foi um fenômeno único, que possibilitou o ingresso de diversas famílias no sistema financeiro. A partir desse momento, qualquer expansão tende a ser lenta e gradual, a fim de manter a sustentabilidade tanto das famílias quanto das instituições financeiras. Além disso, para que a expansão do crédito se reverta em maior atividade econômica, e não apenas na transferência de renda das famílias para as instituições financeiras, na forma de juros e encargos, uma mudança sustentada nas condições e na qualidade dos empréstimos tomados torna-se cada vez mais necessária.

Endividamento e comprometimento da renda das famílias em países selecionados — 2014



FONTE: Financial Soundness Indicators (FMI).
 NOTA: Para Noruega, Espanha, Alemanha e Macedônia, os dados referem-se ao ano de 2013.

Bruno Paim
Economista, Pesquisador da FEE

Indústria calçadista segue em trajetória recessiva

A evolução recente dos principais indicadores setoriais da indústria calçadista vem delineando um panorama recessivo em termos tanto nacionais como regionais. No acumulado de janeiro a outubro de 2014, frente ao mesmo período de 2013, a produção industrial medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra queda de 3,4% na atividade de preparação de couros e fabricação de calçados e artigos para viagem no Brasil e de 4,9% no Rio Grande do Sul.

Essa retração veio acompanhada da diminuição dos níveis de emprego formal no setor, com queda na geração de postos de trabalho, comprovada pelo saldo negativo entre admitidos e desligados, no período jan.-nov./14. No Rio Grande do Sul, a queda foi mais expressiva, tendo ocorrido em todos os segmentos dessa atividade, com ênfase na fabricação de calçados de couro, que representa 75% dos empre-

gos formais gaúchos locados na fabricação de calçados (em termos de Brasil, esse percentual atinge 62%).

Nos últimos anos, como consequência da baixa competitividade externa, os fabricantes brasileiros passaram a direcionar parte expressiva da sua produção de calçados para o mercado interno. Assim, o atual enfraquecimento da demanda interna, somado às instabilidades políticas e econômicas nos principais mercados — como a Argentina —, foi decisivo para o fraco desempenho das indústrias calçadistas gaúcha e brasileira em 2014. Contribuíram para esse quadro o cenário de incertezas derivado das eleições, as bruscas oscilações cambiais e o surpreendente efeito inibidor da Copa do Mundo, que direcionou o consumo para produtos da linha branca e setores de serviços.

Emprego e exportações da indústria calçadista no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2013/14

TIPOS DE CALÇADO	BRASIL				RIO GRANDE DO SUL			
	Emprego		Exportações (US\$ 1.000)		Emprego		Exportações (US\$ 1.000)	
	Estoque em 2013	Movimentação até nov./14	2013	2014	Estoque em 2013	Movimentação até nov./14	2013	2014
De couro	191.159	-2.189	514.851	491.322	73.486	-1.267	288.812	277.939
De material sintético	63.813	-1.373	485.539	498.479	17.582	-432	62.697	69.780
Outros calçados	51.458	2.945	94.908	77.449	6.700	-270	35.561	39.333
Total	306.430	-617	1.095.298	1.067.250	97.768	-1.969	387.070	387.052

FONTE: MTE/RAIS.
MTE/Caged.
MDIC/Sistema Alice.

Silvia Horst Campos
Economista, Pesquisadora da FEE

Exportações gaúchas e brasileiras para Cuba

Com a recente reaproximação entre EUA e Cuba, surgem oportunidades e desafios aos produtos brasileiros. Por um lado, pode haver um maior crescimento da economia cubana, aumentando a demanda por produtos importados. Por outro, uma entrada maior de produtos dos EUA ampliaria a concorrência para alguns produtos brasileiros atualmente exportados para a Ilha. O Brasil é hoje o quarto principal país de origem das importações cubanas. O principal produto brasileiro exportado para Cuba, no período de 2003 a 2014, foi o óleo de soja, cuja origem é quase toda do Paraná. Nesse estado, as vendas para Cuba representam 13% do total das exportações de óleo de soja. O segundo principal produto exportado é o farelo de soja, fornecido majoritariamente pelo Mato Grosso. Entre os anos de 2012 e 2014, porém, houve uma retração de 11% nas exportações brasileiras para Cuba, em parte devido à queda nas vendas de milho, que se reduziram em US\$ 26 milhões.

As exportações gaúchas para Cuba cresceram 670% de 2003 a 2014, acima do crescimento do total das exportações estaduais no período, que foi de 133%. Em 2014, o Rio Grande do Sul foi o estado que mais exportou para Cuba, um total US\$ 124 milhões, cerca de 24% do montante total exportado pelo Brasil para esse país. Os principais produtos exportados pelo Estado foram arroz, embutidos, carnes de aves e milho.

Apesar de esse destino ter uma pequena participação no total exportado tanto pelo Brasil (0,2%) como pelo RS (0,6%), ele tem importância nas vendas de arroz e de embu-

tidos do Estado. Cuba é o segundo principal destino do arroz gaúcho, com 13% do total exportado desse produto, e o segundo principal destino dos embutidos, com uma participação de 18%.

Exportações para Cuba — 2003-14

ANOS	BRASIL (US\$ FOB)	RS (US\$ FOB)	PARTICIPAÇÃO % DO RS NO TOTAL DO BRASIL
2003	69.607.616	16.115.925	23
2004	132.061.869	43.141.667	33
2005	245.726.571	79.205.427	32
2006	343.824.663	106.580.999	31
2007	323.850.748	70.937.590	22
2008	526.848.434	116.277.505	22
2009	277.230.116	58.299.619	21
2010	414.871.651	111.423.912	27
2011	550.169.353	188.317.698	34
2012	568.126.174	170.873.793	30
2013	528.172.441	139.786.718	26
2014	507.778.160	124.034.582	24

FONTE: MDIC/Aliceweb.

Guilherme Risco
Economista, Pesquisador da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — jun./14-nov./14

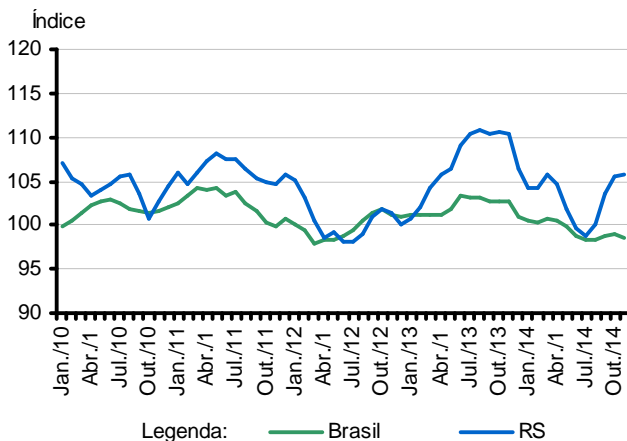
MESES	IPCA			IGP-M			(%)
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	
Jun./14	0,40	3,75	6,52	-0,74	2,45	6,25	
Jul./14	0,01	3,76	6,50	-0,61	1,82	5,33	
Ago./14	0,25	4,02	6,51	-0,27	1,55	4,88	
Set./14	0,57	4,61	6,75	0,20	1,75	3,54	
Out./14	0,42	5,05	6,59	0,28	2,04	2,95	
Nov./14	0,51	5,58	6,56	0,98	3,04	3,65	

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./10-nov./14



FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

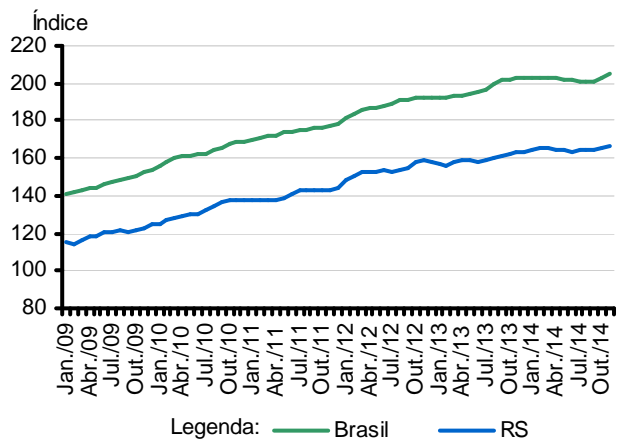
NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2012 = 100.

3. Em 2014, a PIM-PF modifica a estrutura de coleta.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-nov./14



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — jun./14-nov./14

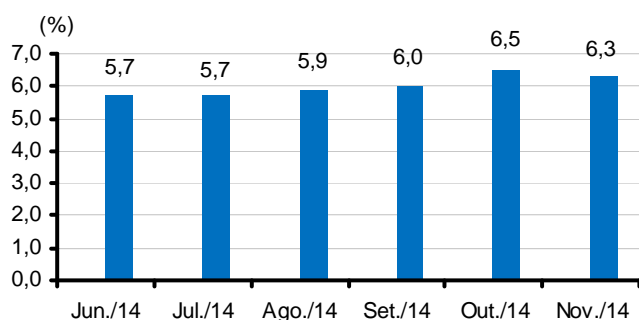
INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Jun./14	Jul./14	Ago./14	Set./14	Out./14	Nov./14		
Taxa de câmbio (US\$) (1)	2,24	2,22	2,27	2,33	2,45	2,55	2,33	2,33
Taxa de câmbio efetiva real (2)	88,3	88,9	90,3	90,8	93,7	95,3	91,9	92,3
Taxa básica de juros (% a.a.) (3)	11,00	11,00	11,00	11,00	11,25	11,25	10,95	10,87
Superávit primário (% do PIB)	0,50	1,08	3,27	5,94	-0,82	1,74	0,42	0,18
Balança comercial (US\$ milhões)	2.365	1.574	1.167	-940	-1.177	-2.351	-4.218	-1.568
Exportações (US\$ milhões)	20.467	23.024	20.463	19.617	18.330	15.646	207.610	228.456
Importações (US\$ milhões)	-18.103	-21.450	-19.297	-20.556	-19.507	-17.996	-211.829	-230.024
Transações correntes (US\$ milhões)	-3.345	-6.018	-5.489	-7.880	-8.131	-9.333	-80.163	-88.792

FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Rio Grande do Sul — jun./14-nov./14



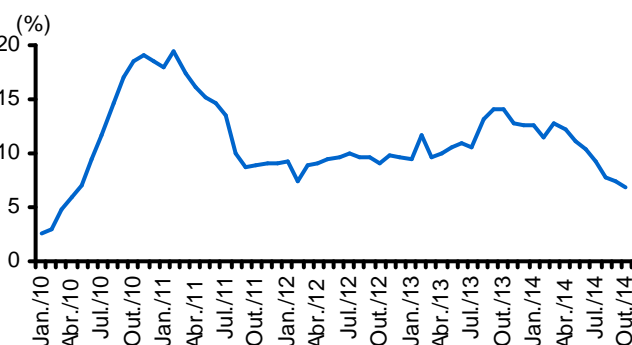
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. A partir de julho de 2014 o Dieese interrompeu a divulgação da taxa brasileira.

2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-out./14



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

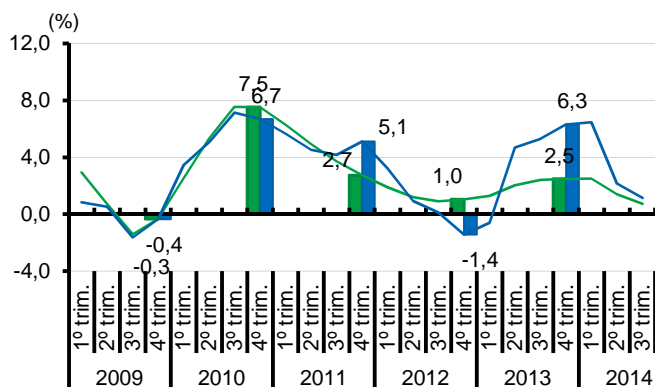
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — jun./14-nov./14

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Jun./14	8.868	110.531	8,0	-20,5	-3,4	-21,8	1,3	4,5	-4,8
Jul./14	10.865	133.555	8,1	-16,6	-1,2	-20,3	3,2	6,7	-4,5
Ago./14	12.615	154.018	8,2	-18,0	-1,7	-23,8	1,9	8,7	-3,7
Set./14	14.682	173.635	8,5	-16,1	-2,3	-23,3	1,3	10,1	-3,7
Out./14	16.214	191.965	8,4	-24,0	-4,2	-24,1	-0,2	1,1	-4,2
Nov./14	17.261	207.610	8,3	-27,9	-6,2	-25,6	-2,2	-2,9	-4,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1º trim./09-3º trim./14



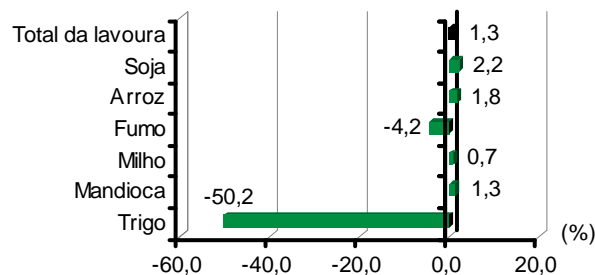
Legenda:

■ PIB do Brasil
■ PIB do RS
— PIB trimestral (Brasil)
— PIB trimestral (RS)

FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NCR.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — nov./14



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NCR.

Os municípios gaúchos com os maiores ganhos de participação no PIB

Os 10 municípios que mais ganharam participação no Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2003 e 2012, foram Caxias do Sul, Rio Grande, Passo Fundo, Gravataí, Cachoeirinha, Guaíba, Uruguaiana, Pelotas, Lajeado e Santa Maria. Todos eles estavam entre as 20 maiores economias do Estado em 2012.

O ganho significativo de Caxias do Sul deveu-se ao crescimento da sua indústria, sobretudo nas atividades de fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias e produção de máquinas e equipamentos. Nesse período, inclusive, o Município superou Canoas, tornando-se a segunda maior economia do Estado. A indústria também foi o setor responsável pelos ganhos de participação de Gravataí, Guaíba, Lajeado e Santa Maria.

Em Gravataí, o incremento na participação também se deveu ao setor automotivo. Guaíba teve elevação considerável na fabricação de celulose e produtos de papel. Já os Municípios de Lajeado e Santa Maria obtiveram incremento elevado na atividade de fabricação de produtos alimentícios.

Para os Municípios de Rio Grande, Pelotas e Passo Fundo, a elevação na participação ocorreu devido ao setor de serviços, mais especificamente no comércio. Para o primeiro, ocorreu crescimento significativo no comércio atacadista, enquanto, para o segundo, houve acréscimo elevado no varejista. Já para o último, houve incremento no comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo.

Parte do ganho elevado de Rio Grande também foi devido ao ganho de participação nos impostos. O mesmo ocorreu para os Municípios de Cachoeirinha e Uruguaiana.

Em Cachoeirinha, o ganho deveu-se ao elevado aumento na arrecadação do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), decorrente do aumento da alíquota para produtos do fumo. Já para os Municípios de Rio Grande e Uruguaiana, a principal alta ocorreu no imposto de importação.

Dez municípios com os maiores ganhos de participação no Rio Grande do Sul — 2003-12

MUNICÍPIOS	PARTICIPAÇÃO %		GANHO DE PARTICIPAÇÃO (pontos percentuais)
	2003	2012	
Caxias do Sul	5,08	6,00	0,92
Rio Grande	2,39	3,23	0,84
Passo Fundo	1,79	2,26	0,47
Gravataí	2,12	2,50	0,38
Cachoeirinha	1,25	1,62	0,37
Guaíba	0,60	0,95	0,35
Uruguaiana	0,84	1,14	0,30
Pelotas	1,80	1,99	0,19
Lajeado	0,75	0,94	0,19
Santa Maria	1,54	1,69	0,15

FONTE: FEE.
IBGE.

Vinícius Dias Fantinel
Economista, Pesquisador da FEE

A inclusão produtiva no Plano Brasil Sem Miséria

Na última década, houve ampliação das ações sociais com vistas à redução da pobreza no País. Dentre essas, encontra-se o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), em 2011, para superar a extrema pobreza (famílias com renda *per capita* de até R\$ 77,00). Esse plano tem como um de seus eixos a inclusão produtiva dessa população, visando dar-lhes condições de acesso ao mundo do trabalho, através do incentivo ao empreendedorismo individual, do acesso ao microcrédito produtivo e da qualificação profissional.

As ações para incentivar o microempreendedor individual (Mei) são realizadas em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com o intuito de que trabalhadores autônomos inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais (famílias com renda *per capita* de até três salários mínimos) formalizem seus empreendimentos. Também são ofertados cursos para ampliar, aprimorar e fortalecer os seus negócios. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), até o mês de abril de 2014, existiam, no País, mais de um milhão de microempreendedores individuais inscritos no Cadastro Único, e, desse total, 406.000 estavam recebendo o Bolsa Família. A maior parte deles localizava-se na Região Sudeste (38,6%) e na Região Nordeste (31,9%), enquanto a Região Sul tinha apenas 12,4% do total, sendo 5,2% no Rio Grande do Sul.

O acesso ao microcrédito produtivo orientado, através do Programa Crescer, objetiva a ampliação e o fortalecimento de pequenos negócios de pessoas inscritas no Cadastro Úni-

co e é realizado em parceria com os bancos públicos federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia). Para esse financiamento, os procedimentos ocorrem sem burocracia, com taxa de juros e de abertura de crédito reduzidas. Mais de dois milhões de famílias extremamente pobres realizaram essas operações. A grande maioria dessas famílias estava localizada na Região Nordeste (90,4%), e uma pequena parcela na Região Sul (0,9%).

A qualificação profissional é realizada através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) Brasil Sem Miséria. Esse programa prevê a oferta gratuita de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação profissional, com um período mínimo de 160 horas, para os indivíduos com mais de 16 anos, inscritos no Cadastro Único, priorizando aqueles em situação de extrema pobreza, bem como beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Desde a sua criação, em 2011, até setembro de 2014, o Pronatec/BSM efetuou 1.478.000 matrículas no País. O Rio Grande do Sul é o estado que mais disponibilizou matrículas, ou 10,6% do total ofertado.

Promover a inclusão produtiva é um desafio, mas, certamente, o conjunto dessas iniciativas deve melhorar as oportunidades de trabalho para a camada mais pobre da população.

Isabel Rückert
Economista, Pesquisadora da FEE

Trabalhadores de baixos salários na Região Metropolitana de Porto Alegre

Ao longo dos anos 2000, um dos fenômenos mais relevantes que ocorreram no mercado de trabalho do Brasil foi o da geração de empregos com registros formais. Esse fato é bastante positivo, porque, dentro de certos limites, é razoável assumir-se que esses empregos são de melhor qualidade em comparação com as outras modalidades de inserção na estrutura ocupacional, pois eles permitem o acesso ao sistema de proteção social — Previdência, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, seguro-desemprego, etc. Nesse sentido, a geração de empregos com registros formais teria contribuído para que o mercado de trabalho retomasse o seu processo de estruturação, o qual havia sido interrompido nos dois decênios anteriores. Todavia tem sido mostrado, por algumas pesquisas, que os empregos com registros formais criados nos anos 2000 foram, em grande parte, de baixos salários, o que colocaria em questão o alcance daquele processo. Para corroborar essa compreensão, quando são feitas comparações, no tempo, de distribuições do emprego por faixas de salários mínimos, constata-se que os mesmos foram gerados majoritariamente para trabalhadores que percebem até dois salários mínimos.

Não obstante a constatação empírica proceda, ela não impõe o necessário controle sobre o efeito da mudança no salário mínimo real no período, uma vez que esse passou por um processo de valorização considerável. Isso coloca em dúvida a propriedade do seu uso para aferir a qualidade do emprego em diferentes momentos e, como decorrência, o quão precisa é a afirmação de que os empregos gerados nos anos 2000 são, em ampla medida, de baixos salários. Essa situação sugere a necessidade de se estudarem os empregos de baixos salários através do uso de outras referências analíticas, que não fiquem circunscritas ao salário mínimo. A esse respeito, a literatura sobre trabalhadores de baixos salários — *low-wage workers* — pode constituir-se em uma alternativa para avançar na investigação desse tema, uma vez que ela elabora e propõe uma série de elementos para o conhecimento de suas causas, níveis de incidência e características.

Com base na literatura sobre o tema, uma das definições que se encontra para os empregos de baixos salários é a da Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que delimita esse segmento como correspondendo aos trabalhadores que percebem **menos de dois terços da mediana do salário** de uma economia. Alguns trabalhos propõem que se refine essa definição para os empregos de baixos salários ao impor um controle relativo ao número de horas trabalhadas, utilizando como ponto de corte **menos de dois terços da mediana do salário-hora**. Esse procedimento constitui-se em uma adequação empírica que faz todo o sentido, pois existem trabalhadores com jornadas de trabalho tanto integral quanto parcial, bem como há considerável variabilidade do número de horas trabalhadas em termos individuais. Na medida em que os trabalhadores de baixos salários, enquanto objeto de investigação, têm uma interface com a desigualdade salarial, o uso do salário-hora como uma unidade de medida é mais adequado para o tratamento dessa inter-relação temática.

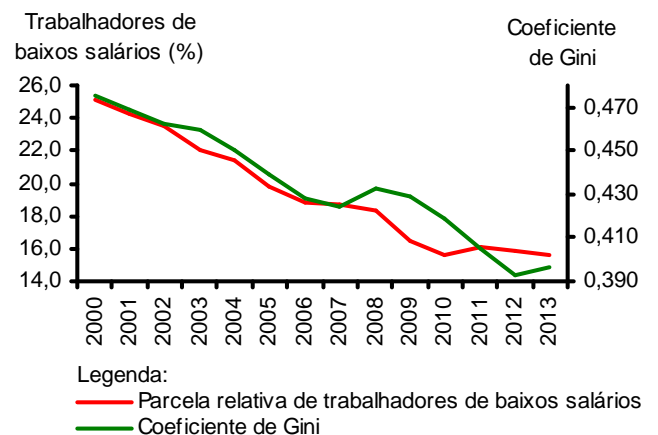
Além da escolha da definição de empregos de baixos salários, cabe explicitar-se que, neste texto, o trabalho assalariado corresponde à agregação dos empregados nos setores privado e público e dos empregados domésticos mensalistas.

Utilizando-se a definição de empregos de baixos salários antes identificada, acrescida do controle das horas trabalhadas, e aplicando-a à Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), pode-se constatar no gráfico que ocorreu uma tendência de redução considerável da parcela relativa de trabalhadores de baixos salários no período 2000-10, tendo essa passado de 25,1% para 15,6% do emprego regional. A partir de 2011, ela se mostrou relativamente estável, sendo a proporção atingida em 2013 igual à de 2010, que foi a de menor tamanho para o período como um todo.

Tendo por referência a proposição encontrada na literatura de que, em economias em que é menor a desigualdade salarial, a incidência de empregos de baixos salários é também de menor tamanho, elabora-se, de forma breve, uma interpretação a respeito da redução da parcela relativa de empregos de baixos salários na RMPA, no período 2000-13. Para trabalhar esse objetivo, são apresentadas evidências sobre a desigualdade salarial na RMPA, procurando cotejá-las com a evolução da parcela relativa de trabalhadores de baixos salários. De acordo com o que se pode constatar no gráfico, o Coeficiente de Gini dos salários-hora reais teve uma clara tendência de queda — com interrupções somente em 2008 e 2013 —, tendo passado de 0,476 em 2000 para 0,397 em 2013, nível levemente superior ao do ano anterior (0,393), o menor de todo o período. Ao se comparar o comportamento dessa medida de desigualdade salarial com o da parcela relativa de trabalhadores de baixos salários, com exceção dos anos posteriores a 2010, as evidências sugerem a existência de uma associação direta entre ambas, o que vai ao encontro da proposição encontrada na literatura.

Se a incidência de empregos de baixos salários está associada à desigualdade salarial, é preciso avançar-se no conhecimento sobre as causas da queda desta última. A esse respeito, uma possibilidade é assumir a compreensão de que a regulação institucional dos salários é um elemento que para tanto contribui. Nessa perspectiva, deve-se dar atenção — dentre outros aspectos — para a regulação do salário mínimo e dos pisos salariais no Rio Grande do Sul, esses últimos contemplados por uma Lei Estadual desde 2001.

Parcela relativa de trabalhadores de baixos salários e Coeficiente de Gini dos salários-hora reais na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2000-13



FONTES DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Raul Luís Assumpção Bastos
Economista, Pesquisador FEE

O desemprego está sendo contido pela inatividade?

Diante de uma série de sinais de arrefecimento da atividade econômica, o mercado de trabalho brasileiro vem demonstrando considerável resistência. As taxas de desemprego continuam a oscilar brandamente nos patamares mais baixos das séries históricas. Dentre os fatores acionados para explicar esse fenômeno, vem-se atribuindo a baixa desocupação a um recuo da taxa de participação, que é a proporção da População em Idade Ativa (PIA) que efetivamente toma parte do mercado de trabalho, independentemente de estar ocupada ou desempregada. Uma análise da série da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE permite discutir essa leitura.

Em 2014, a taxa de participação, no conjunto das seis regiões metropolitanas (RMs) pesquisadas, mostrava o segundo menor valor da série iniciada em 2002 (tomado sempre o mês de novembro). A amplitude da variação desse indicador, todavia, pode ser considerada pequena: no último ano, a taxa encontrava-se em 56,5%; seu ponto mínimo havia sido 56,1% em 2002; e o máximo, 58,1% em 2012. Para ilustrar: o ano “dourado” de 2010 assinalou uma taxa intermediária, de 57,2%, o que ajuda a recusar associações diretas entre dinamismo econômico e o comportamento desse indicador, que tem múltiplos condicionantes, por vezes contraditórios. Em duas RMs (Porto Alegre e Salvador), as taxas de participação cresceram entre 2013 e 2014; em São Paulo e no Rio de Janeiro, elas declinaram menos de 0,5%; em Recife, a retração chegou a 1,4%, mas só atingiu intensidade destacável em Belo Horizonte, onde a queda foi de 4,2%.

Pelo lado da taxa de desocupação, o dado de novembro último marca uma elevação suave, com relação ao de 2013 (de 4,6% para 4,8%), sendo essas duas as taxas mais baixas da série, correspondendo à metade ou menos daquelas verificadas até 2006. Em 2014, o desemprego reduziu-se em duas RMs (Rio de Janeiro e Belo Horizonte); permaneceu idêntico em uma (São Paulo); e aumentou nas outras três, em proporções bastante heterogêneas.

Quando se toma a tendência da série, é cristalino que a geração de ocupação é o fator primordial a derrubar as taxas

de desemprego. Entre 2002 e 2014, o crescimento do número de postos atingiu 28,0%, excedendo largamente a expansão da População Economicamente Ativa (PEA), que foi de 19,8%, e ainda mais a da PIA (18,9%). Nos dois últimos anos, no entanto, essas cadências — e a hierarquia entre elas — alteraram-se. A PIA, cujo comportamento é bem mais regular, como variável estritamente demográfica, cresceu 2,4% entre 2012 e 2014. Já a PEA se retraiu em 1,0%, entre 2012 e 2013, e recuperou 0,6% no ano passado, fechando o biênio com perda (-0,4%). O número de ocupados, por sua vez, caiu 0,7% de 2012 para 2013; reconquistou 0,4% em 2014; acumulando, assim, perda de 0,3%.

Se, em um exercício de simulação, fosse aplicado à PEA o mesmo crescimento demonstrado pela PIA nos últimos dois anos (e se fosse mantido constante o estoque de ocupações efetivamente registrado em 2014), a taxa de desemprego neste último ano ascenderia de 4,8% para 7,4%. Tal evidência faz pender para o “sim” a resposta à questão que motiva este texto. Todavia seria temerário abraçar essa interpretação sem um conjunto de ressalvas.

Deve-se considerar o período ainda curto em que se observa essa redução (suave e regionalmente diferenciada) das taxas de participação. Por outro lado, há que se atentar para o substrato demográfico que informa esse movimento e sinaliza mudanças antes estruturais do que conjunturais: a faixa de indivíduos com 50 anos ou mais aumentou 77% entre 2002 e 2014, contra apenas 11% do estrato de 25 a 49 anos e perdas absolutas nas três faixas mais jovens. O grupo mais idoso tem-se engajado cada vez mais no mercado, mas sua taxa de participação ainda é inferior à metade da observada entre os indivíduos da faixa anterior. Por fim, a tendência de declínio agregado das taxas de participação é um fenômeno globalmente generalizado, como têm demonstrado sucessivos estudos de órgãos como a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Indicadores selecionados do mercado de trabalho do Brasil — 2002-14

INDICADORES	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Taxa de participação (%)	56,1	57,8	57,5	56,8	57,4	57,3	57,6	56,8	57,2	57,3	58,1	56,8	56,5
Taxa de desocupação (%)	10,9	12,2	10,7	9,6	9,6	8,3	7,6	7,4	5,7	5,2	4,9	4,6	4,8
População em Idade Ativa (PIA) total (1)	100,0	101,9	103,9	105,7	107,3	109,1	110,3	112,3	113,5	114,9	116,2	117,7	118,9
PIA (50 anos ou mais) (1)	100,0	104,1	110,5	116,5	121,2	125,1	130,9	140,8	144,3	149,2	156,3	167,7	177,0
População Economicamente Ativa (1) ...	100,0	104,9	106,5	107,0	109,6	111,4	113,2	113,7	115,8	117,4	120,3	119,1	119,8
Ocupados (1)	100,0	103,4	106,8	108,5	111,3	114,7	117,4	118,2	122,6	124,9	128,4	127,5	128,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (PME).

NOTA: Dados de novembro de cada ano.

(1) Índice com base em novembro de 2002 = 100.

Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho
Sociólogo, Pesquisador da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 31.12.14).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

 **Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti

Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer

Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

Conselho Editorial: André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso, Míriam De Toni e Martinho Roberto Lazzari

Núcleo de Dados: Renan Xavier Cortes (coord.) e Marilyn Agranonik

Revisão: Susana Kerschner

Diagramação: Giuliana Santos (estagiária)

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br